

OBSERVATÓRIO DE GEOECONOMIA E ANÁLISE SOCIOESPACIAL
REGIONAL OBSERVA-GEO/UFMS - Acesso:
<https://obgeo.ufms.br/> - e-mail: observa.geo@ufms.br

NOTA QUALITATIVA DO LIVRO – COMO OS PAÍSES RICOS FICARAM RICOS... E POR QUE OS PAÍSES POBRES CONTINUAM POBRES – ERIK S. REINERT.

Fernando Farias¹

Considerações iniciais

O Observatório de Geoeconomia e Análise Sócio-Espacial [Regional](#), vem por meio desta nota, inaugurar uma nova seção na página do observatório. O ícone será direcionado para notas qualitativas e resenhas de livros e obras importantes que fazem parte da estrutura de foco do Observa-ge.

A obra escolhida para inaugurar este item é o livro do economista Norueguês – **Erik S. Reinert** autor do livro “**Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres**” traduzido por Caetano Penna em 2008. O livro é extremamente importante para responder as grandes questões que abordam a problemática de como a formação da riqueza das nações dentro da divisão internacional do trabalho se mantém heterogênea e desigual ainda hoje, como no passado.

Nas palavras de Erick Reinert:

“Atualmente, só os fundamentalistas apoiam uma economia completamente autorregulada, de um lado, ou totalmente dirigida pelo Estado de outro” (Reinert 2008).

¹ Professor do curso de graduação e pós graduação em Geografia da UFMS/CPAQ.

“A história revela como os países ricos tornaram-se ricos usando métodos que hoje estão proibidos pelas condicionalidades do Consenso de Washington”(Reinert 2008).

A presente análise possui como principal objetivo analisar alguns dos principais assuntos e temas apontados e desenvolvidos no livro de Erick S. Reinert. O livro é extenso, possui um total de 446 páginas e é estruturado em 8 longos capítulos. Seria impossível abordar todos os temas e os incontáveis detalhes históricos e econômicos que o livro nos apresenta. Tentamos reunir aqueles pontos encarados sob nosso ponto de vista como cruciais para responder a grande questão do livro exposto no próprio título “como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres”.

Objetiva também estimular o possível leitor (alunos e sociedade civil) a ler o livro e tirar suas conclusões de acordo com seu ponto de vista. Durante o desenvolvimento do presente texto de análise procuramos ser fiel às ideias originais do autor – no entanto, quando sentimos a necessidade de uma observação complementar baseado em outra obra com conteúdo afim, incrementamos e destacamos como observação extra e citamos a referida obra consultada.

2- Metodologia:

1º – Leitura do livro na íntegra com anotações dos principais pontos e ideias observadas.

2º – Estruturação das ideias assinaladas em forma de fichamento qualitativo.

3º – Organização da estrutura a ser trabalhada para o presente texto: (introdução sobre o autor – Problemática de que por que os países ricos se tornaram ricos – As recomendações que o ocidente faz a periferia e o que eles realmente fizeram – questão dos rendimentos crescentes e decrescentes – protecionismo comercial como estratégia econômica.

4º – Produção – sistematização das ideias e a estrutura montada.

Sobre o autor do livro

O autor deste brilhante livro, o economista norueguês Erick S. Reinert, não é um autor qualquer. Dotado de um repertório enciclopédico para analisar o seu principal objeto de análise (a condição heterogênea e desigual do desenvolvimento dos países), ele abrange desde trechos do mais conhecido livro sagrado (a Bíblia Sagrada), apresentando trechos à luz de sua interpretação atual, partindo de Adam Smith, Ricardo, Schumpeter, Frederic List, Alexander Hamilton, John Maynard Keynes, Paul Krugman e outros economistas contemporâneos tão necessários para entender o processo histórico no qual nos são colocados inúmeros elementos concretos na tentativa de responder à grande pergunta geoeconômica/política de por que na grande maioria dos casos, a formação da riqueza dentro da divisão internacional do trabalho se mantém heterogênea e desigual ainda hoje, como no passado.

As ideias originais do conteúdo do seu livro surgiram ainda na sua tese de doutorado, escrita em 1978/1979, e foram também influenciadas por outros estudiosos, como Tom Davis, professor de

história econômica e desenvolvimento, dentre outros citados em sua obra.

O livro de Reinert, como suas próprias frases nos indicam, é uma obra de economia '**baseada na realidade**'. Diferentemente do que é comum, onde livros são escritos e baseados em ideias com modelos não aplicáveis à realidade, ou aplicados contrariamente às recomendações daqueles países cuja intenção é manter isolada a falta de sinergia na relação entre Centro e Periferia.

O autor faz parte de um grupo de pesquisadores considerados seletos, que para a conclusão de uma tese, percorre um longo caminho até chegar às conclusões finais.

Reinert foi professor visitante em diversas universidades, como a Enan, a Escola de Negócios de Lima, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Ásia-Europa na Malásia. Lecionou no Programa Avançado de Cambridge (Caporde), no qual participava do programa para repensar a economia do desenvolvimento em cursos organizados no Terceiro Mundo, inclusive ações financiadas pela Fundação Ford.

Um dos focos principais do livro é o constante questionamento de por que “o fosso entre pobres e ricos está maior do que nunca e continua crescendo”. Mesmo que a partir da década de 1970 do século XX terem sido realizadas a transferência de vários US\$ trilhões em forma de “ajuda ao desenvolvimento” a situação continua a piorar, quando 50% da população mundial vivia com menos de US\$ 2,00 por dia.

Corroborando com o autor, os dados do relatório da Oxfam Brasil (2021), onde afirma que a partir de 2020 houve uma aceleração ainda mais intensa da concentração de renda no mundo e no Brasil. Segundo informações do próprio relatório, “a riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo aumentou 114% desde 2020, enquanto a de 5 bilhões de pessoas diminuiu no mesmo período”. O mesmo relatório aponta que, nos próximos 10 anos, o mundo poderá ter seu primeiro trilionário. E a previsão para acabar com a pobreza, caso haja políticas para isso, é de 230 anos. O relatório apresentou dados em relação ao Brasil, onde “4 dos 5 bilionários brasileiros mais ricos aumentaram em 51% sua riqueza desde 2020; ao mesmo tempo, 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres”.

O autor trabalha exaustivamente o fato de existir um enorme abismo entre a economia real do terceiro mundo e as recomendações e visões dos organismos internacionais a exemplo da OMS, Banco Mundial (“instituições de Washington”) no qual segundo as próprias palavras do autor, após a queda do muro de Berlim “desencadeou uma euforia quase messiânica em relação a uma economia mundial” baseada no livre comércio que iria nivelar automaticamente as “eventuais diferenças de salários entre países ricos e pobres”, desde que não houvesse interferências nas “forças naturais do mercado”.

No entanto, os resultados da economia real mostram um abismo que separa o terceiro mundo e as forças econômicas dos países centrais. Segundo Reinert (2008), “para onde os projetos da nova ordem mundial previram harmonia, vemos penúria, guerra e o progressivo colapso ambiental”.

O autor mostra também o fato de haver mudanças de justificativas em relação à explicação da realidade. Ou seja, se no início da década de 1990 fora apresentado ao mundo a teoria do “fim da história” por meio do filósofo americano Francis Fukuyama onde o fim da guerra fria significaria a vitória do modelo liberal em relação ao socialismo comandado pela URSS. No entanto, em meados de 2006, o próprio autor renunciou às suas ideias anteriores passando a defender a democracia como “modelo padrão para o qual as sociedades tenderiam quando ocorressem mudanças de regime, e não um longo processo de construção e reforma de instituições”.

A estrutura da obra está organizada em uma análise abrangendo primeiramente um histórico do pensamento econômico mostrando como essas teorias mantêm os objetivos conservadores do centro dinâmico histórico do sistema. Mostra também como o teor filosófico dessas teorias econômicas mantêm-se como um virtual monopólio global da teoria dominante”. Exemplo disso apontado pelo autor é a teoria do comércio de David Ricardo (1817) no qual é “fundamento da ordem econômica mundial na atualidade”. A dinâmica concreta produzida no território é que o livre comércio em vários contextos aumenta os índices de pobreza, e mesmo assim o centro dinâmico ocidental continua e insiste em recomendar esse modelo como solução e caminho para a prosperidade da periferia.

O autor destaca que o economista alemão Friedrich List, já no século XIX, apontava que o livre comércio só serviria depois de todos os países estarem industrializados e que a causa da riqueza era o domínio da tecnologia, e não o livre comércio. O fato é que a

globalização, apontada como a solução para diminuir as diferenças entre os países, têm historicamente mostrado estratégias diferentes entre o centro e a periferia.

O autor chama a atenção para o fato de que, a partir de 1840 (primeira onda da globalização) até a Primeira Guerra Mundial, os países ricos se tornaram cada vez mais industrializados, enquanto os países pobres passaram por um processo de estagnação de seu setor industrial, especialmente tecnologicamente.

Esse fato se dá principalmente pelo fato de que as premissas recomendadas pelos economistas contemporâneos se dão por meio da ideia de “informação perfeita”, considerando a ideia de uma realidade com indivíduos iguais sendo possível a equalização dos fatores econômicos chamada pelo autor de “teoria padrão”.

O autor cita casos concretos, como o da Mongólia, que entre 1950 e 1970 se desindustrializou e acabou retrocedendo em seu índice de pobreza. Já a Europa, EUA, Canadá e Nova Zelândia seguiram a política estratégica que a Inglaterra usou desde o século XV, com proteção tarifária para proteger seu mercado interno e um forte desenvolvimento industrial, ou seja, o fundamento principal da construção da Europa como nação foi a indústria.

Enquanto a estratégia inglesa foi a de adotar a chamada “renda tripla” que vinculava a indústria ao monopólio sobre matérias-primas e ao comércio ultramarino, o centro dinâmico mundial prega para a periferia as estratégias da chamada “economia manual padrão”, que defende a concorrência perfeita baseada na teoria de David Ricardo.

No entanto, a realidade mostra que os países que se tornaram ricos após 1485, durante o processo da chamada globalização, foram aqueles que desobedeceram à teoria de Ricardo.

2-Rendimentos crescentes e os rendimentos decrescentes

A conceituação e diferenciação entre rendimentos crescentes e rendimentos decrescentes é fato recorrente durante as páginas da obra de Reinert. O autor deixa claro a diferença entre ação e recomendação por parte das potências centrais, ou seja, enquanto países centrais historicamente adotaram/adotam a política dos rendimentos crescentes como objetivo central, recomendam os rendimentos decrescentes à periferia.

Segundo Reinert, a política de rendimentos crescentes representa uma estratégia de aumentar a produção, com diminuição dos custos, tendência a produção de produtos complexos de maior apropriação tecnológica, por isso, é praticada pelos países ricos. Já a política dos rendimentos decrescentes representa uma tendência de haver mais produção com elevação dos custos de produção. O autor cita como exemplo o caso da produção primária onde o sistema produtivo tende a ser controlado por uma cadeia oligopolizada que controla os custos de produção e o valor da mercadoria comercializada. Esta estratégia é normalmente praticada pelos países periféricos e fortemente recomendada pelos chamados “modelos científicos recomendados pelas instituições de Washington”. Portanto, as atividades de rendimentos crescentes sempre foram os princípios centrais que

nortearam o desenvolvimento dos países desenvolvidos e não ao contrário.

3-Princípios fundamentais que nortearam o desenvolvimento dos países desenvolvidos – baseado nos rendimentos crescentes.

Outros pontos importantes que otimizam o entendimento e abstração dos principais fundamentos que explicam as razões de por que os países ricos se tornaram ricos estão no capítulo 3, intitulado “Emulação: como os países ricos ficaram ricos”.

Reinert aponta que a Europa historicamente apostou na guerra comercial, priorizando as atividades de maior lucratividade, que pagavam maiores salários. O autor afirma que, por centenas de anos, a política comercial europeia foi baseada na “maximização da indústria”, mesmo que essa ação prejudicasse a economia de outros países. Na atualidade, acusam a China de utilizar as mesmas estratégias que os seus acusadores utilizam ou utilizaram no passado.

Em uma observação extra, como afirma Fiori (2018), a China, nas últimas décadas do século XXI, vem se apresentando ao mundo como a “grande novidade do sistema interestatal”. A sua estrutura de planejamento econômico comandada pelo estado “está cada vez mais igual ao velho modelo europeu de acumulação de poder e de

riqueza, que foi a verdadeira origem do nosso sistema internacional e capitalista” (grifo nosso).

Reinert aponta que Friedrich List já observou em 1841 que “ao longo de centenas de anos a política econômica da Inglaterra foi baseada em uma regra simples: importação de matérias-primas e exportação de produtos industriais”.

Parte significativa dos países avançados do continente europeu se desenvolveram utilizando-se de um “arsenal de política econômica” adotado pelo Rei Henrique VII da Inglaterra. Uma das mais importantes estratégias utilizadas era a das tarifas de exportação, onde os produtores de têxteis estrangeiros tinham que processar matérias-primas mais caras que suas contrapartes inglesas (Reinert 2008, p. 128).

O autor afirma que, precocemente, os ingleses, ao aplicarem sua política industrial em grande escala, perceberam que o desenvolvimento tecnológico em uma região poderia estender essa riqueza a outras regiões. Um fato interessante que aparece na obra da presente resenha é o autor ter lembrado parte da história pessoal do Rei Henrique VII, que posteriormente foi um dos responsáveis por implantar um plano econômico estratégico baseado em elementos nacionais e de proteção.

Henrique VII, que se tornou rei em 1485, costumava passar suas férias escolares na casa de uma de suas tias na cidade de Borgonha, na França. A referida cidade era, na época, uma região têxtil, e o jovem Henrique percebeu que tanto a lã quanto os materiais para

realizar a limpeza da lã (silicato de alumínio) eram importados da Inglaterra.

Quando Henrique VII chegou ao poder, a Inglaterra se encontrava empobrecida, e os empresários tinham a produção de lã hipotecada a banqueiros italianos por vários anos. O então rei se lembrou de sua infância na Borgonha. A Inglaterra possuía um grupo de empresários (artesãos, produtores têxteis e outros) abastados, mas no ramo errado, ou seja, “A Inglaterra estava no negócio errado: o rei percebeu isso e definiu uma política para tornar a Inglaterra uma nação produtora de têxteis, não uma exportadora de matérias-primas.”

Desde então, o conjunto de princípios adotados pelo Rei Henrique VII foi a base para o desenvolvimento de vários países europeus, como a Noruega, país do autor da obra que está sendo analisada. Outro fato curioso é que, na história dos Estados Unidos, há a presença de Alexander Hamilton (primeiro secretário do Tesouro americano), que em 1791 criou um documento chamado “Relatório sobre as Manufaturas dos Estados Unidos”, no qual havia muita semelhança com os princípios adotados por Henrique VII. “Os objetivos declarados por Hamilton eram os mesmos: mais divisão do trabalho e um setor industrial mais desenvolvido.” Essas estratégias foram as mesmas adotadas pelos países europeus no século XIX, até mesmo na periferia europeia.

Reinert afirma também que as teorias do alemão Friedrich List, que viveu nos Estados Unidos, foram a grande inspiração para os países

européus desenvolverem sua política econômica seguindo o mesmo caminho inglês. Inclusive, importantes países asiáticos também utilizaram a teoria de List – a “caixa de ferramentas” – para restauração e desenvolvimento de seus países, como o Japão e a Coreia, que, em 1950, era mais pobre que a Tanzânia.

Para Reinert, os países considerados pobres na atualidade são justamente “aqueles que não usam essa caixa de ferramentas, ou a usam por um período muito curto e/ou de modo estático, o que impede a implantação da dinâmica competitiva”. O termo “emulação” aparece com frequência no livro de Reinert. No dicionário, significa ser igual ou superar outrem, ligado à concorrência e às estratégias estruturais. Para o autor, a “emulação: política econômica estratégica” nasce com Henrique VII e se espalha para outros países europeus ao longo da história. O autor traz um interessante quadro sobre o arsenal da emulação e do desenvolvimento econômico, fazendo uma análise das 13 principais medidas que podemos afirmar que são comumente tomadas principalmente pelos EUA e Europa, ou seja, pelos países que se tornam ricos.

O conjunto dos 13 princípios são:

1-Observação das sinergias da riqueza, agrupadas em torno das atividades com rendimentos crescentes. Seria necessário reconhecer se se está no caminho errado e selecionar e aprofundar o apoio e proteção nas atividades com rendimentos crescentes.

2-Proteção, patentes e monopólios temporários para atividades selecionadas em determinadas áreas geográficas.

3-Reconhecer o desenvolvimento como um fenômeno sinérgico, necessidade de um setor industrial diversificado – maximização da divisão do trabalho, citando o economista Serra (1613). Segundo Reinert, o economista italiano Antonio Serra diferenciava cidades ricas e pobres levando em consideração três fatores: a) rendimentos crescentes; b) sinergia econômica; c) política governamental esclarecida.

4-Perceber que o setor industrial “resolve” simultaneamente três problemas políticos, “endêmicos ao terceiro mundo”: adiciona ao produto interno bruto, cresce o número de empregos e resolve a balança de pagamentos.

5-Política de atração de estrangeiros para trabalhar em atividades selecionadas.

6-Relativa supressão da aristocracia agrária e de outros grupos com interesse apenas na produção de matérias-primas. O autor cita o caso americano em sua guerra civil, realizada entre os livre-cambistas e os proprietários agrários do Sul contra a classe industrial do Norte (vencedores da batalha). O autor lembra que na periferia do mundo (exceto casos específicos), o Sul saiu vitorioso e continua recebendo apoio incondicional das instituições de Washington, pautado na política neoclássica e do livre mercado.

7-Concessão de benefícios fiscais a atividades selecionadas.

8-Crédito barato para atividades selecionadas.

9-Subsídios às exportações das atividades selecionadas.

10-Forte apoio ao setor agrícola.

11-Forte investimento na educação.

12-Proteção ao conhecimento.

13-Imposição de tarifas de exportação de matérias-primas, o que as torna caras para as nações concorrentes. O autor cita o caso do ano de 1400 com Henrique VII, quando impôs tarifa de exportação à lã, o que prejudicou gravemente a indústria de lã de Florença, grande concorrente da Inglaterra na época.

Chama a atenção o fato de que, nos referidos princípios emuladores, há uma série de apontamentos passíveis de análise estrutural em relação às estratégias econômicas praticadas pelos países ricos. O nono princípio merece também um parêntese extra em relação à obra que está sendo analisada.

De acordo com Lima (2018), que analisou o protecionismo agrícola nos Estados Unidos, em um de seus capítulos, o autor comenta alguns elementos relacionados às regras da famosa rodada do Uruguai de 1986, quando um conjunto de países passou a discutir o teor dos subsídios e suas regras. Na referida rodada, foi cristalizado o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC). O que chama a atenção é seu artigo 1º, item III, que considera subsídio quando o governo fornece bens e serviços destinados à infraestrutura em geral ou adquire bens. No entanto, o artigo XVI do

GATT – anexos I a III – aponta que não são considerados subsídios às isenções a favor de exportações. No centro dinâmico, subsidia-se a produção complexa, enquanto na periferia subsidia-se com maior exclusividade a exportação de commodities, sacrificando a indústria que produz bens complexos que carece de subsídios mais contundentes.

De maneira geral, o autor aponta que há diferenças em relação às formas de disponibilizar subsídios e diferentes formas de implantar protecionismo como estratégia econômica tão praticada no centro dinâmico do mundo e regulada na periferia.

Segundo Reinert, enquanto a indústria exige um protecionismo mais agressivo, que gere industrialização e aumento dos salários reais (fator importante para o desenvolvimento), a agricultura exige uma proteção mais defensiva, para que a renda se mantenha em um nível aceitável, mas que não aumente muito o nível dos salários. Afinal, como afirmou o autor, o setor primário representa um setor onde os rendimentos são decrescentes, ao contrário do setor industrial.

Uma das estratégias metodológicas interessantes que o autor usa para escrever um livro tão rico em detalhes históricos e econômicos é, sem dúvida, as brilhantes analogias utilizadas ao longo do livro. Uma delas é em relação à produção simples e complexa (a primeira normalmente feita na periferia em maior escala, e a segunda no centro). Reinert cita o exemplo da produção de bolas (beisebol e golfe). A bola de beisebol é altamente consumida nos Estados Unidos, mas é produzida no Haiti.

A problemática que surge é: por que os EUA ainda não desenvolveram tecnologias automatizadas para produzir as bolas de beisebol, substituindo a produção no Haiti, que é artesanal? O autor explica que os Estados Unidos produzem os insumos necessários para a produção das bolas de beisebol (couro, linha). Porém, como a produção no Haiti é artesanal, os salários são extremamente baixos, entre US\$ 0,30 a US\$ 1,00 por hora trabalhada. Por isso, produzir bolas de beisebol nos Estados Unidos não é interessante, tendo em vista que a diferença salarial é muito grande, entre US\$ 14,00 a US\$ 16,00 por hora trabalhada. Entretanto, as bolas de golfe, consideradas de alta tecnologia, são produzidas nos EUA.

Nas palavras do autor, os países ricos normalmente se especializam em torno de vantagens comparativas produzidas pelo homem ou competitivas. Já os países pobres ou periféricos costumam se especializar em vantagens comparativas originárias da natureza, ou seja, avanço das atividades com rendimentos decrescentes – sem grande adição intensiva de tecnologias a montante.

Segundo Reinert, os países ricos sabem os efeitos positivos que as inovações geram no desenvolvimento de suas nações, principalmente na geração de rendimentos crescentes e aumento da média salarial, contribuindo para o crescimento da “demanda efetiva”.

Em vários momentos, o autor faz menção à questão da diferença de poder de competitividade. Mostra, por exemplo, como os países desenvolvidos conseguem aliar crescimento econômico,

investimento tecnológico, sistema educacional, desenvolvimento agrícola e política industrial agressiva. Aponta também que há necessidade de equilíbrio entre a demanda de empregos e o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, nas palavras do autor, “não adianta aumentar o nível educacional do Haiti, isso não elevará os salários, aumentando a emigração”.

O autor faz menção ao conceito de competitividade definido pela OCDE. Segundo este conceito, um país é competitivo na medida em que consegue aumentar o nível real dos salários e ainda ser competitivo. O que se observa na periferia do sistema é o contrário, ou seja, para serem competitivos, precisam baixar os salários.

O autor faz menção ao fato de o termo “competitividade” ganhar novas definições na periferia do sistema. Segundo Reinert, o termo é fruto da chamada “economia do fim da história”. No centro do sistema, a competitividade representa um processo que torna as pessoas e as nações mais ricas através do aumento da média salarial. Já na periferia do sistema, o termo é tratado de modo flexível. Um exemplo disso é relatado pelo autor em uma visita a Uganda. Ao visitar o país africano, Reinert percebeu na prática a flexibilidade do termo. Lá, o termo é usado para justificar o sucesso e o fracasso. Esta flexibilidade está relacionada ao mercado de trabalho, onde, para manter ou aumentar a competitividade, normalmente as políticas adotadas na periferia tendem a reduzir o padrão de vida da população.

Tanto que o autor cita o fato de que, normalmente na periferia, o aumento do padrão de vida da população depende muito mais do controle do índice de preços ao consumidor do que do aumento real dos salários.

Esses modelos de políticas adotadas na periferia sob recomendação do centro fazem parte das políticas do chamado “manual padrão”, termo bastante comum entre os economistas. Segundo Reinert, essas políticas são recheadas de “falácias do sistema”, onde se foca nos sintomas do subdesenvolvimento e não nas causas.

Isso ocorre, segundo o autor, pelo fato de que na periferia há uma tendência histórica de enfraquecimento dos estados, com pouco desenvolvimento industrial, setores com rendimentos crescentes reduzidos, limitada divisão do trabalho (monocultura), classe média limitada (reduzida capacidade de consumo no mercado interno), exportação de commodities como carro-chefe, baixo nível de escolaridade e drenagem de cérebros.

Ao invés de discutir os problemas reais da falta de desenvolvimento na periferia, o centro busca encontrar novas denominações e possíveis causas da pobreza. Ou seja, ao invés de interpretar a teoria de Schumpeter da “destruição criadora” à luz da realidade, no sentido de que as inovações destroem as velhas, criam novas e, com isso, geram novas demandas intensivas em conhecimento, aumento da renda, tornando o complexo industrial mais complexo e abrangente.

Segundo Reinert, a essência da teoria de Schumpeter (bastante citada ao longo da obra) tem sido utilizada a partir dos anos 2000

para tentar justificar os motivos do subdesenvolvimento no 3º mundo, ou seja, “são pobres porque não inovam como o Vale do Silício americano”. A falta de empreendedorismo foi e é apontada como o principal motivo da pobreza na periferia, para justificar a ausência do Estado.

Vinculado a isso, o autor critica os chamados “objetivos do milênio” criados junto ao conjunto das Nações Unidas, afirmando que esses pontos não representam uma boa ideia. Afinal, dá-se muita ênfase ao financiamento estrangeiro de políticas sociais ao invés de financiamento interno nos países, contribuindo para aquilo que o autor chama de “colonização do bem-estar social”, que não ataca as verdadeiras causas, apenas os sintomas. Um exemplo didático que o autor fornece é como se um país sofresse com o problema da malária e recebesse como investimento o recebimento de mosquiteiros, não atacando o verdadeiro problema (eliminar os focos do mosquito).

Se na maior parte da periferia o ataque aos sintomas prevalece ao invés de atacar as causas, o autor argumenta essa questão em alguns casos específicos. Mostra, por exemplo, as principais estratégias que alguns países utilizam, aliando política industrial e nível educacional. Este fator foi realizado nos países do Leste Asiático, onde esse perfil de política econômica é praticado pelos países ricos há centenas de anos e foi proibido pelo FMI e Banco Mundial de ser implantado no terceiro mundo. As instituições de Washington, como o autor se refere, impõem aos países pobres

receitas e exigências para receber financiamento e, em troca, abrir mão de políticas adotadas pelos países ricos.

Para analisar isso, Reinert dedica um tópico do livro, intitulado “Colonialismo do Bem-Estar Social” (páginas 336 a 344), onde se refere ao fato de que o centro dinâmico do mundo investe e investiu historicamente muitos trilhões de dólares em países da África para matar a fome e a sede de países carentes, mas, no entanto, sem aplicar políticas de cunho vertical que promovam o desenvolvimento estrutural, mantendo a pobreza como um capital ocioso para garantir a riqueza do centro dinâmico do mundo.

É possível apontar um questionamento já recorrente e que até virou senso comum, como afirmamos: não seria esta a razão para a tamanha resistência para que o banco dos BRICS seja tão atacado pelo centro dinâmico do mundo?

Outro apontamento já recorrente nos estudos econômicos e sociais referente ao Leste Asiático e também mencionado por Reinert é o fato de que, se a China, Coreia do Sul e Índia são apontados como exemplos de sucesso da globalização, é preciso observar que esses países, como afirma o autor, “não tomaram o remédio recomendado pelos organismos de Washington”, como FMI e Banco Mundial. Nas palavras do autor, as políticas recomendadas pelo Consenso de Washington possuem “muita bondade e poucas boas intenções”.

4-Protencionismo comercial como estratégia econômica

O protecionismo é uma prática comum no histórico dos países desenvolvidos. Chang, na obra *Chutando a Escada*, contextualiza de forma brilhante como os países ricos praticam o protecionismo e recomendam o contrário. O próprio Chang aborda a obra de List (já citado nesta análise). O protecionismo é um fator recorrente na análise de Reinert, que também recorre a List para contextualizar essa prática. Chama a atenção o contexto histórico que o autor nos apresenta.

Reinert mostra evidências de como o modelo de protecionismo e medidas nacionalistas são adotados no centro dinâmico há séculos e proibidos na periferia. Ele destaca que, inclusive nos EUA no século XIX, havia um ditado popular: “faça o que os ingleses fizeram e não o que eles dizem”. No século XXI, caberia à periferia afirmar: “faça o que os países ricos fizeram e não o que as instituições de Washington recomendam?”

Reinert aponta possíveis estratégias equivocadas praticadas pelos países da América Latina, que substituíram a fase do protecionismo nacional pelo livre mercado global, causando problemas a partir da crise dos anos 1980, como a desindustrialização. Nas palavras do autor, o enfraquecimento da indústria impede o aprimoramento de setores de serviços intensivos em conhecimento na periferia, concentrando tudo nos países ricos. Por isso, os países ricos fazem o contrário.

Em relação ao protecionismo, é importante apresentar ao leitor os “dois tipos ideais de protecionismo” que o autor descreve em um

quadro comparativo entre o Leste Asiático (que, segundo o autor, pratica o chamado protecionismo bom) e a América Latina (que pratica o chamado protecionismo ruim). Decidimos descrever literalmente o quadro apresentado no apêndice IV, onde o autor oferece uma descrição que permite dialogar sobre as principais razões das atuais enormes diferenças estruturais entre os dois recortes geográficos.

Antes de apresentarmos o quadro, é crucial chamar a atenção para um parêntese extra que não diz respeito diretamente à obra analisada, mas que permite uma observação complementar. Referimo-nos ao livro *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica* do autor Ha-Joon Chang, traduzido por Luiz Antonio Oliveira de Araújo. Nesta obra, o autor também mostra importantes elementos da obra de Friedrich List, demonstrando como os países desenvolvidos implantam políticas totalmente diferentes daquelas recomendadas pelas instituições de Washington. Ele mostra, por exemplo, que as políticas implantadas no passado e ainda em pauta hoje são tratadas como políticas “ruins” para a periferia, enquanto as consideradas ruins para eles são colocadas como “boas” para a periferia.

Outro ponto importante levantado por Reinert é o desaparecimento dos livros nas bibliotecas mundo afora que mostram as verdadeiras estratégias que os países ricos adotaram para se tornarem ricos.

Não apenas as teorias que predominaram nos países ricos haviam desaparecido dos livros – textos modernos e da prática da economia

e também os textos que produziram as políticas econômicas bem sucedidas do passado estavam desaparecidos das bibliotecas do mundo. Era como se material genético da sabedoria do passado estivesse lentamente destruído (Reinert 2018.p, 51).

Reinert destaca eventos reveladores que apontam para a prática de remover obras fundamentais das bibliotecas, obras que poderiam expor as verdadeiras estratégias de desenvolvimento usadas pelos países ricos. Um exemplo significativo ocorreu em 1984 na biblioteca Baker da Universidade de Harvard, onde foram eliminados todos os livros não emprestados nos últimos 50 anos, a maioria deles do teórico alemão Friedrich List (1789-1846). As obras de List, que serviram de base para a política industrial de muitos países desenvolvidos, tratam da questão do crescimento desigual, essencial para entender a dinâmica do mundo atual.

Outro caso intrigante ocorreu na Biblioteca Pública de Nova Iorque em 1970, quando uma série extensa de obras e folhetos foi microfilmada e os originais foram descartados. Um colecionador, cuja esposa era bibliotecária na época, resgatou e guardou parte desses acervos originais. Reinert encontrou este colecionador, que lhe forneceu uma grande quantidade de folhetos descartados. Para a surpresa de Reinert, esses documentos continham toda a história política e econômica dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX, incluindo discursos na Câmara e no Senado. Esses registros mostram o caminho histórico dos Estados Unidos da pobreza à riqueza, e até as primeiras edições de David Ricardo estavam destinadas à incineração.

A análise de Reinert sugere que as estratégias utilizadas historicamente pelos países ricos são radicalmente diferentes daquelas recomendadas aos países periféricos. A retirada sistemática de obras das bibliotecas pode ser uma maneira de, a longo prazo, evitar que se apontem contradições entre as ações concretas das nações ricas e as recomendações que elas fazem. A história mostra que alguns países, como a China, estão adotando estratégias semelhantes às que os países ricos utilizaram no passado. Ironicamente, esses mesmos países ricos frequentemente questionam se as ações da China estão de acordo com as “regras do mercado”.

Essa perspectiva é reforçada por Pautasso, Nogara, Ungaretti e Rabelo (2021) (inclusão extra), que discutem por que os Estados Unidos acusam a China de não seguir as regras do jogo. Eles argumentam que, enquanto os países desenvolvidos continuam a utilizar práticas protecionistas e políticas nacionalistas para manter sua posição dominante, eles simultaneamente pressionam os países em desenvolvimento a seguir políticas de livre mercado que não se aplicam a si mesmos.

A China é acusada de usar diversas categorias de agressão econômica: protege o mercado doméstico de importação; expande sua projeção em mercados globais através de ferramentas de política industrial e financeira, bem como do apoio às grandes empresas nacionais Pautasso; Nogara; Ungarretti; Rabelo (2021).

Pautasso, Nogara, Ungarretti e Rabelo (2021) destacam também algumas das estratégias contemporâneas da China, como a “Made in China 2025”, um plano ambicioso para transformar a China ao grupo de países do topo global e produção de setores de alta tecnologia. Este plano identifica vários setores prioritários para o desenvolvimento:

1. **Redes 5G:** Essenciais para tecnologias de alta tecnologia.
2. **Segurança cibernética:** Crucial para a proteção de dados e infraestrutura digital.
3. **Ferramentas de controle numérico e robótica de ponta:** Incluindo aeroespacial.
4. **Engenharia oceânica:** Desenvolvimento de tecnologias para exploração e uso sustentável dos oceanos.
5. **Equipamento ferroviário avançado:** Modernização e inovação no transporte ferroviário.
6. **Veículos de poupança de energia e nova energia:** Desenvolvimento de veículos e equipamentos de energia eficientes (carros elétricos).
7. **Maquinário agrícola:** Avanços na tecnologia para agricultura.
8. **Novos materiais:** Pesquisa e desenvolvimento de materiais inovadores.
9. **Biomedicina e dispositivos médicos:** Progresso em saúde e tecnologias médicas.

Os autores destacam que durante o governo de Donald Trump, justamente esses setores se tornaram alvos de retaliação e protecionismo dos Estados Unidos. A administração Trump impôs

uma série de tarifas e restrições comerciais à China, justificando essas medidas como uma defesa contra práticas comerciais desleais e para proteger a segurança nacional dos EUA. No entanto, essas ações também podem ser vistas como uma tentativa de conter o rápido avanço tecnológico da China e manter a hegemonia econômica e tecnológica dos Estados Unidos.

O contexto histórico e contemporâneo apresentado por Reinert e os autores mencionados evidenciam uma dinâmica global onde as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países ricos contrastam significativamente com aquelas impostas ou recomendadas aos países em desenvolvimento. A “Made in China 2025” exemplifica a tentativa que um país que outrora era considerado como um país periférico pode tentar desafiar essa ordem global adotando políticas industriais estratégicas, apesar da oposição dos poderes estabelecidos.

Essas estratégias contrastam as políticas de livre mercado promovidas pelas instituições de Washington, que muitas vezes são apresentadas como receitas universais para o desenvolvimento, mas que, na prática, podem servir para manter a vantagem competitiva das nações ricas e perpetuar a desigualdade global. A resistência dos Estados Unidos às iniciativas da China reflete o temor de fortalecer um concorrente para lutar pela possível liderança tecnológica e econômica global.

O quadro 1 mostra explicitamente por que o Leste asiático vem se destacando em termos de posição econômica no sistema.

Quadro 1- Dois tipos ideias de protecionismo – os casos do Leste asiático e América Latina.

Quadro 1- Dois tipos ideias de protecionismo – os casos do Leste asiático e América Latina.

Apêndice IV	
Dois tipos ideais de protecionismo	
Leste asiático: “bom”	Latino América: “ruim”
Proteção temporária de novas indústrias/novos produtos para o mercado mundial.	Proteção permanente de indústrias maduras/ produtos maduros para mercado doméstico (que frequentemente é muito pequeno).
Curva do aprendizado muito íngreme em comparação com o resto do mundo.	Aprendizado ficando para trás em relação ao resto do mundo.
Visão de mundo schumpeteriana dinâmica “destruição criadora” induzida pelo mercado.	Visão mais estática de mundo – economia planificada.
Manutenção da concorrência no mercado doméstico.	Pouca concorrência doméstica

Tecnologia central dominada totalmente	Tecnologia central geralmente importada do exterior/montagem de peças importadas/industrialização superficial.
Investimento maciço em educação, cuja demanda aumentava enormemente por causa da política industrial. A oferta de pessoas qualificadas correspondia à demanda da indústria.	Menos eficiente na educação. As indústrias criadas não levavam a uma demanda por educação tão grande como no Leste asiático. O investimento em educação, portanto, tendia a alimentar a emigração.
Meritocracia: capital, empregos e privilégios distribuídos de acordo com as qualificações.	Nepotismo na distribuição de capital, empregos e privilégios.
Igualdade na distribuição de terras (Coreia)	Passado misto na distribuição de terras.
Uma distribuição de renda igualitária aumentava o mercado interno de bens industriais.	Uma distribuição de renda desigual restringia a escala do mercado interno e diminuía a competitividade da indústria local
Lucros criados pelo efeito-renda dinâmico “schumpeteriano”.	Lucros criados pelo efeito renda estático.
Intensa cooperação entre produtores e fornecedores locais	Confronto entre produtores e fornecedores

Regulamentação da transferência de tecnologia orientada para maximizar a transferência de conhecimento	Regulamentação da transferência de tecnologia orientada para evitar armadilhas
--	--

Fonte: Reinert 2018. P, 389-90.

O quadro comparativo entre os países do Leste Asiático e da América Latina revela diferenças significativas nas estratégias adotadas desde os anos 1980, especialmente em resposta às pressões da globalização e às políticas neoliberais promovidas pelas instituições de Washington.

Enquanto os países dos Leste Asiático optaram pela:

1. **Autonomia Tecnológica:** Os países do Leste Asiático, como China, Coreia do Sul e Taiwan, optaram por políticas industriais estratégicas que visam o desenvolvimento de setores de alta tecnologia e inovação.
2. **Políticas de Longo Prazo:** Implementaram planos de desenvolvimento industrial e tecnológico de longo prazo, focados na construção de capacidades próprias em áreas como tecnologia da informação, eletrônicos avançados, automação, entre outros.
3. **Aprendizado e Adaptação:** A partir das crises econômicas e das pressões externas, aprenderam a adaptar suas estratégias, fortalecendo suas indústrias de exportação e investindo em educação e pesquisa.

Os países da América Latina optaram por:

1. **Abandono de Projetos Nacionais:** Na contramão, muitos países latino-americanos adotaram políticas de liberalização econômica e desregulação a partir dos anos 1980, abandonando projetos nacionais de desenvolvimento industrial e tecnológico.
2. **Dependência da exploração de setores intensivos em Recursos Naturais:** Muitos países da região continuaram a depender fortemente da exportação de commodities, sem investir adequadamente em diversificação industrial e tecnológica.
3. **Desaprendizado:** Como mencionado por Luiz Carlos Bresser Pereira, houve um retrocesso no aprendizado e na implementação de políticas que poderiam promover um desenvolvimento mais autônomo e sustentável.

Essa divergência nas estratégias reflete não apenas escolhas políticas e econômicas, mas também a influência das condições históricas, das pressões externas e das capacidades internas de cada região. Enquanto o Leste Asiático consolidou sua posição como um centro de inovação e produção de tecnologia de ponta, a América Latina enfrentou desafios persistentes relacionados à desindustrialização e à dependência de desenvolver setores intensivos em recursos naturais.

Referências Bibliográficas utilizadas.

OBSERVATÓRIO DE GEOECONOMIA E ANÁLISE SOCIOESPACIAL
REGIONAL OBSERVA-GEO/UFMS - Acesso:
<https://obgeo.ufms.br/> - e-mail: observa.geo@ufms.br

BRASIL, Oxfam. **Relatório da desigualdade OXFAM Brasil**. 2024.
Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2003. Traduzido por Luiz Antonio Oliveira de Araújo.

FIORI, José Luís da Costa *et al.* Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 10-17, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qF7Xs4YHDQh4CkjVntwgw5r/>.

Acesso em: 02 jul. 2024.

LIMA, Thiago. **O protecionismo agrícola nos Estados Unidos**. São Paulo: Unesp, 2018.

PAUTASSO, Diego *et al.* As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, p. 1-23, nov. 2021. Disponível em:

<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122>.

Acesso em: 02 jul. 2024.

REINERT, Erik s. **Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2008. Tradução Caetano Penna.